

Grupo de Apoio à
Criança com
Câncer do
Amazonas
(GACC/AM)

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balancos patrimoniais | 6 |
| Demonstrações do resultado | 7 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 11 |



KPMG Assurance Services Ltda.
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803
Millennium Center - Business Tower
69050-010 - Manaus/AM - Brasil
Caixa postal 3751
Telefone +55 (92) 2123-2350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Conselheiros do

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)

Manaus – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM) ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 08 de julho de 2022

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-023228/F-5

Tiago dos Santos Lima
Tiago dos Santos Lima
Contador CRC SP-268549/O-6

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

| Ativo | Nota | 2021 | 2020 | Passivo | Nota | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|------|------------------|------------------|---|------|------------------|------------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.1 | 144.568 | 513.350 | Fornecedores e contas a pagar | | 26.208 | 25.139 |
| Recursos vinculados a projetos | 4.2 | 1.168.277 | 1.333.972 | Obrigações sociais e trabalhistas | 6 | 132.559 | 134.933 |
| Contas a receber | | 2.316 | 1.300 | Recursos vinculados a projetos | 10 | 1.168.277 | 1.723.798 |
| Adiantamentos concedidos | | 6.924 | 2.002 | | | | |
| Outras contas a receber | | 29.729 | 25.642 | | | | |
| Total do ativo circulante | | 1.351.814 | 1.876.266 | Total do passivo circulante | | 1.327.024 | 1.883.870 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Imobilizado | | | | Subvenção de bens a apropriar - imobilizado | 7 | 1.458.814 | 1.491.960 |
| Intangível | 5 | 2.400.777 | 2.515.216 | | | | |
| | | 13.642 | 733 | Total do passivo não circulante | | 1.458.814 | 1.491.960 |
| Total do ativo não circulante | | 2.414.419 | 2.515.949 | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Patrimônio social | 8 | 1.579.223 | 1.615.213 |
| | | | | Deficit acumulado | 8 | (598.828) | (598.828) |
| | | | | Total patrimônio social | | 980.395 | 1.016.385 |
| Total ativo | | 3.766.233 | 4.392.215 | Total passivo e patrimônio líquido | | 3.766.233 | 4.392.215 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|--|------|-------------------------|-------------------------|
| Receitas operacionais | | | |
| Sem restrições | | | |
| Vendas de serviços, mercadorias, eventos e doações | 9 | 2.061.961 | 1.749.855 |
| Receitas com trabalhos voluntários | 3.k | <u>1.477.897</u> | <u>1.209.198</u> |
| | | 3.539.858 | 2.959.053 |
| Com restrições | | | |
| Receita de projetos e subvenções | 10 | <u>1.453.351</u> | <u>1.058.525</u> |
| | | <u>4.993.209</u> | <u>4.017.578</u> |
| Custo e despesas operacionais | | | |
| Sem restrições | | | |
| Despesa com trabalhos voluntários | 3.k | (1.477.897) | (1.209.198) |
| Despesas gerais e administrativas | 11 | (1.433.856) | (1.169.748) |
| Despesas com pessoal | 12 | (733.043) | (679.540) |
| Outras receitas - Apropriação de subvenções | 7 | 33.145 | 33.145 |
| Outras receitas operacionais, líquidas | | <u>64.069</u> | <u>109.529</u> |
| | | (3.547.582) | (2.915.812) |
| Com restrições | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 13 | <u>(1.453.351)</u> | <u>(1.058.525)</u> |
| | | <u>(1.453.351)</u> | <u>(1.058.525)</u> |
| (Déficit) Superávit do exercício operacional antes do resultado financeiro, líquido | | <u>(7.724)</u> | <u>42.681</u> |
| Resultado financeiro, líquido | | | |
| Receitas financeiras | 14 | 50 | 3.190 |
| Despesas financeiras | 14 | <u>(28.316)</u> | <u>(22.912)</u> |
| | | (28.266) | (19.722) |
| (Déficit) Superávit do exercício | | <u>(35.990)</u> | <u>22.959</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

| | 2021 | 2020 |
|---|------------------------|----------------------|
| (Déficit)/Superávit do exercício | (35.990) | 22.959 |
| Outros resultados abrangentes | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Resultado abrangente | <u>(35.990)</u> | <u>22.959</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

| | <u>Patrimônio social</u> | <u>Déficit acumulados</u> | <u>Total</u> |
|---|------------------------------|-------------------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 1.592.254 | (598.828) | 993.426 |
| Superávit do exercício | - | 22.959 | 22.959 |
| Incorporação do superávit do exercício | 22.959 | (22.959) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 1.615.213 | (598.828) | 1.016.385 |
| Déficit do exercício | - | (35.990) | (35.990) |
| Incorporação do superávit do exercício | (35.990) | 35.990 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>1.579.223</u> | <u>(598.828)</u> | <u>980.395</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|------|-------------------------|-----------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| (Déficit)/Superávit do exercício | | (35.990) | 22.959 |
| Ajustes por: | | | |
| Depreciação | 5 | 132.161 | 147.131 |
| Amortização | | 2.024 | 14.832 |
| Baixa líquida de ativo imobilizado | 5 | 31.844 | - |
| (Aumento) redução dos ativos | | | |
| Recursos vinculados a projetos | | 165.695 | (159.793) |
| Contas a receber | | (1.016) | 3.440 |
| Adiantamentos concedidos | | (4.922) | (1.192) |
| Outras contas a receber | | (4.088) | (5.363) |
| Aumento (redução) dos passivos | | | |
| Fornecedores e contas a pagar | | 1.069 | 24.839 |
| Obrigações sociais e trabalhista | | (2.394) | 39.705 |
| Recursos Vinculados a projetos - a comprovar | | (555.521) | 542.105 |
| Fluxo de caixa líquido utilizado nas (proveniente das) atividades operacionais | | <u>(271.138)</u> | <u>628.663</u> |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aquisição de imobilizado | 6 | (82.711) | (140.518) |
| Aquisição de intangível | | (14.933) | (10.117) |
| Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento | | <u>(97.644)</u> | <u>(150.635)</u> |
| Redução (Aumento) em caixa e equivalentes de caixa | | (368.782) | 478.028 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | | 513.350 | 35.322 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | | <u>144.568</u> | <u>513.350</u> |
| Varição do caixa e equivalentes de caixa | | <u>(368.782)</u> | <u>478.028</u> |
| Transações sem efeito caixa | | | |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Depreciação da subvenção de bens a apropriar - imobilizado | | (33.145) | (33.145) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM) (“Entidade” ou “GACC”), foi fundado em 23 de maio de 1999, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, com sede à Rua Domingos Jorge Velho nº 290, D. Pedro. O GAAC é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminado e personalidade distinta da dos associados que a compõem, sem vinculação político-religiosa ou distinção de raça, cor ou condição social, tem por objetivo prestar serviço assistencial e social às crianças e aos adolescentes com câncer e/ou doenças hematológicas, tratadas na Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCI:CON ou em outras instituições similares.

1.1 COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), como uma pandemia. Tal declaração desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio.

Em resposta a este cenário, a Entidade tomou medidas protetivas com o intuito de evitar a disseminação do vírus, garantir a preservação da saúde dos colaboradores e demais partes relacionadas, assegurar a manutenção de empregos, bem como medidas para amenizar os efeitos da pandemia nos resultados da Empresa. Entre as principais medidas estabelecidas, tivemos:

- Deslocamento das atividades administrativas para o trabalho remoto “*home office*”;
- Medidas relacionadas aos protocolos de biossegurança, visando a saúde e o bem-estar dos colaboradores;
- Contenção e revisão de gastos como forma de minimizar os possíveis impactos relacionados as incertezas do cenário futuro, com ênfase a gestão do fluxo de caixa;

Um dos principais eventos que arrecadam recursos para a Entidade, a tradicional Feijoada ocorreu anualmente, em função das restrições impostas pelo órgãos responsáveis não ocorreu, impactando a captação de recursos.

Para proteger a liquidez durante a crise causada pela pandemia Covid-19, a Entidade manteve o controle e monitoramento dos indicadores de risco financeiro. A Entidade apresentou, em 31 de dezembro de 2021, uma posição de caixa e equivalentes no montante de R\$ 608.846, montante suficiente para atender aos compromissos financeiros e também às compromissos adicionais que podem surgir como resultado da pandemia. A Administração da Entidade continua monitorando suas operações e não identificou nenhum evento que pudesse indicar indícios de *impairment* e/ou de não realização de seus ativos.

2 Base de preparação e declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 08 de julho de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis, estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras foram apresentadas em Real e arredondadas para a unidade mais próxima.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Não há incertezas sobre premissas, estimativas e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras correntes e comparativas da Entidade.

3 Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras .

a. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para apurar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques, devem ser revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo deve ser estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A administração não identificou qualquer avaliação que indique perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros e, desta forma, não foi necessário estimar o valor recuperável desses ativos.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais / CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - Seção 24.

Os valores recebidos e empregados do convênio de colaboração (vide nota explicativa 11) originados de contrato com as entidades parceiras são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos no ativo e em contra partida o crédito de projetos vinculados a executar no passivo. Os montantes são classificados entre circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução dos projetos, são classificados no ativo ou passivo não circulante, os montantes com previsão de execução com prazos superiores a 12 meses, a contar da data base do fechamento contábil.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os empenhos dos recursos do convênio de colaboração e dos recursos incentivados, estes são reconhecidas como débito de despesas no resultado do exercício em contra partida com como créditos nas contas dos recursos recebidos dos projetos no ativo.
- **Receitas:** à medida que as despesas vão sendo realizadas, a receita relacionado ao projeto é reconhecida no resultado do exercício, sendo os lançamentos contábeis de débito na conta de obrigação do projeto no passivo, em contrapartida ao resultado do exercício no grupo de receita vinculadas.

- **Subvenção para investimentos** - As subvenções recebidas para investimentos são reconhecidas como adiantamento no passivo circulante ou não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar". Adicionalmente, quando o bem adquirido é contabilizado como imobilizado no ativo não circulante, e reconhecida no resultado do exercício o valor correspondente da depreciação por meio da vida útil estimada, bem como a respectiva amortização em igual valor do passivo de subvenção de bens imobilizados, reconhecidas como receita no resultado do exercício, conforme previsto pelo CPC 07/CPC PME – Seção 24.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A depreciação é calculada sobre o valor histórico.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

| Descrição | Vida útil estimada |
|-----------------------------|--------------------|
| Edificações | 50 anos |
| Máquinas e equipamentos | 10 anos |
| Moveis e utensílios | 10 anos |
| Equipamentos de informática | 5 anos |
| Veículos | 5 anos |

As vidas úteis definidas são revistas caso sejam identificadas alterações em relação ao ativo como, por exemplo: mudança na maneira como o ativo é utilizado, desgaste quebra relevante inesperada, progresso tecnológico, entre outros, conforme previsto pelo CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – Seção 17. Não foram observadas alterações descritas anteriormente no período corrente ou no período comparativo.

d. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Os intangíveis são basicamente softwares, que têm sua vida útil estimada em cinco anos.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio social inicial da Entidade, acrescido ou deduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

h. Receitas da prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que: os riscos e benefícios mais significativos inerentes a prestação dos serviços se realizaram, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para Entidade, os custos associados e a possível glosa do serviço possam ser estimados de maneira confiável.

(i) Receita com venda de souvenirs – as receitas com vendas de souvenirs são reconhecidas no resultado no momento da venda dos produtos. A Entidade vende camisetas doadas por empresas privadas e artesanatos produzidos pelas mães dos pacientes.

(ii) **Receita de doação** – as doações recebidas por pessoa física e jurídica são reconhecidas no resultado no momento do crédito ou compensação do valor doado na conta bancária. A instituição possui um setor denominado de *Call Center* que efetua ligações para pessoas físicas e jurídicas a fim de apresentar a instituição e captar recursos.

i. Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras abrangem, substancialmente, rendimentos de aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros e outras taxas bancárias.

j. Receitas e despesas de trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro, vigente a partir de 21 de agosto de 2015, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Os montantes referentes a trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício no grupo de receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais.

No exercício de 2021, a Entidade registrou o montante de R\$ 1.477.897 (R\$ 1.209.198 em 2020) referente a trabalhos voluntários, incluindo os membros da diretoria e com prestação de serviços.

k. Tributação e contribuições (renúncia fiscal)

Na condição de Entidade sem fins lucrativos, aplicam-se a Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

(i) **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Entidade é isenta do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido por ser uma sociedade civil sem finalidade de lucros, que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97 art. 15).

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 §3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10º).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15 §3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, arts. 10º e 18, IV):

- (a) Não remunerar por nenhuma forma seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

- (e) Apresentar, anualmente, declaração de informações em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil; e
- (f) Não distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, §2º e art. 15 §2º).

(ii) PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1º de acordo com a Lei nº 9.532/97.

(iii) COFINS e ISS

Por ser uma Entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS e do ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

l. Isenções previdenciárias usufruídas

A Entidade possui o benefício de contribuições sociais com base na Lei nº 8.212/91 em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS. Em 2021, a Entidade registrou como isenção previdenciária o montante de R\$ 178.540.

m. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

O CEBAS, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), compreende o período de 30 de junho de 2019 a 29 de junho de 2022, sob o nº 235874.0002162/2019.

4 Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos

| | 2021 | | 2020 | |
|--|------------------------------------|---|---------------------------|--------------------------------------|
| | Recursos sem restrição (4.1) | Recursos vinculados a projetos (4.2) | Recursos sem restrição | Recursos vinculados a projetos |
| Caixa e equivalentes | | | | |
| Caixa | 3.675 | - | 4.065 | - |
| Bancos conta corrente e Aplicações financeiras | 140.893 | - | 509.285 | - |
| Total | 144.568 | - | 513.350 | - |
| Recursos vinculados | | | | |
| Bancos conta corrente | - | 271.934 | - | 817.487 |
| Aplicações financeiras | - | 896.343 | - | 516.485 |
| Total | - | 1.168.277 | - | 1.333.972 |
| | 144.568 | 1.168.277 | 513.350 | 1.333.972 |

As aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas, administradas pelo Banco Itaú S.A., Bradesco S.A. e Banco do Brasil, remuneradas a taxas que variam entre 90% e 100% do Certificado de Depósito Bancário (CDB) (entre 90% e 100% em 2020).

A Entidade também aplica os recursos nas modalidades de aplicação automática, “Aplie Aut Mais”, que é um serviço de aplicação e resgates automáticos dos recursos disponíveis em conta conta. A rentabilidade é diária e atrelada à taxa do DI (taxa média dos depósitos interfinanceiros, calculada e divulgada diariamente pela CETIP) com rendimentos médios de 101% (98% em 2020).

4.1 Recursos sem restrição

Os recursos financeiros que a Entidade possui que não estão vinculados a projetos são utilizados para custeio das atividades.

4.2 Recursos vinculados a projetos

Os valores recebidos e ainda não empenhados em projetos ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a projetos no ativo circulante. A Entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não investidos nas atividades ligadas ao projeto. Todo rendimento é revertido em aplicação no projeto.

5 Imobilizado

A movimentação ocorrida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2021 está assim demonstrada:

| | <u>01/01/2021</u> | <u>Adições</u> | <u>Baixas</u> | <u>31/12/2021</u> |
|-----------------------------|--------------------|------------------|-----------------|--------------------|
| Custo | | | | |
| Terenos | 600.000 | - | - | 600.000 |
| Edificações | 2.200.000 | - | - | 2.200.000 |
| Instalações (a) | - | 74.061 | - | 74.061 |
| Móveis e utensílios | 461.564 | 7.110 | (3.764) | 464.910 |
| Máquinas e equipamentos | 121.551 | 1.540 | - | 123.091 |
| Equipamentos de informática | 199.422 | - | - | 199.422 |
| Veículos (b) | 326.340 | - | (75.251) | 251.088 |
| | <u>3.908.877</u> | <u>82.711</u> | <u>(79.015)</u> | <u>3.912.572</u> |
| Depreciação | | | | |
| Edificações | (656.244) | (56.001) | - | (712.245) |
| Instalações | - | (5.440) | - | (5.440) |
| Móveis e utensílios | (305.754) | (41.339) | - | (347.093) |
| Máquinas e equipamentos | (75.127) | (14.188) | - | (89.315) |
| Equipamentos de informática | (165.750) | (17.872) | - | (183.622) |
| Veículos | (190.786) | (30.467) | 47.172 | (174.081) |
| | <u>(1.393.661)</u> | <u>(165.306)</u> | <u>47.172</u> | <u>(1.511.795)</u> |
| | <u>2.515.216</u> | <u>(82.595)</u> | <u>(31.844)</u> | <u>2.400.777</u> |

A movimentação ocorrida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2020 está assim demonstrada:

| | <u>01/01/2020</u> | <u>Adições</u> | <u>Baixas</u> | <u>31/12/2020</u> |
|-----------------------------|--------------------|------------------|-----------------|--------------------|
| Custo | | | | |
| Terrenos | 600.000 | - | - | 600.000 |
| Edificações | 2.200.000 | - | - | 2.200.000 |
| Móveis e utensílios | 450.036 | 11.528 | - | 461.564 |
| Máquinas e equipamentos | 113.990 | 7.561 | - | 121.551 |
| Equipamentos de informática | 196.493 | 2.929 | - | 199.422 |
| Veículos | 305.565 | 118.500 | (97.725) | 326.340 |
| | <u>3.866.084</u> | <u>140.518</u> | <u>(97.725)</u> | <u>3.908.877</u> |
| Depreciação | | | | |
| Edificações | (600.244) | (56.000) | - | (656.244) |
| Móveis e utensílios | (264.411) | (41.343) | - | (305.754) |
| Máquinas e equipamentos | (63.807) | (11.320) | - | (75.127) |
| Equipamentos de informática | (145.900) | (19.850) | - | (165.750) |
| Veículos | (236.749) | (51.762) | 97.725 | (190.786) |
| | <u>(1.311.111)</u> | <u>(180.275)</u> | <u>97.725</u> | <u>(1.393.661)</u> |
| | <u>2.554.973</u> | <u>(39.757)</u> | <u>-</u> | <u>2.515.216</u> |

Anualmente, a Entidade realiza inventário dos bens e quando há necessidade de baixa ou descarte é realizado por meio de nota fiscal.

- (a) Durante o exercício de 2021, a Entidade realizou obra de melhoria na cobertura (telhado) da sede no montante de R\$ 74.061.
- (b) Vendeu o veículo, com o objetivo de reduzir as despesas com manutenção, no valor de R\$ 75.251, cujo valor líquido contábil era de R\$ 31.844, que gerou um ganho na venda alienação do ativo no montante de R\$ 56.920, registrado no resultado do exercício na rubrica de outras receitas não operacionais.

6 Obrigações sociais e trabalhistas

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------|----------------|----------------|
| Salários a pagar | 44.065 | 57.914 |
| Provisão de férias | 69.043 | 54.249 |
| INSS a recolher (a) | 12.063 | 11.121 |
| Outras obrigações sociais | 7.368 | 11.649 |
| | <u>132.539</u> | <u>134.933</u> |

- (a) Em 2016, a Entidade obteve a certificação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), que isenta do recolhimento da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamento dos funcionários e prestadores de serviços autônomos, a Entidade efetua o desconto em folha e recolhimento da alíquota referente a funcionário.

Os valores referentes a isenção do INSS cota patronal no montante de R\$ 178.540, são registrados no resultado do exercício, nas rubricas de despesas com pessoal, em contra partida a outras receitas.

- (b) A Entidade está obrigada ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

7 Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado

| | 2021 | 2020 |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Subvenção de imobilizado bruto | | |
| Sede própria - Casa da criança (Edificações) | 1.727.481 | 1.727.482 |
| Terrenos * | <u>270.000</u> | <u>270.000</u> |
| | <u>1.997.482</u> | <u>1.997.482</u> |
| Depreciação | | |
| Saldo inicial | (505.522) | (472.377) |
| Depreciação do exercício | <u>(33.145)</u> | <u>(33.145)</u> |
| Sede própria - Casa da criança (Edificações) | <u>(538.667)</u> | <u>(505.522)</u> |
| Subvenção de bens a apropriar – Imobilizado, líquida | <u>1.458.814</u> | <u>1.491.960</u> |

O montante histórico recebido como doação e/ou vinculado a convênios era de R\$ 1.997.482, equivalentes ao terreno no montante de R\$ 270.000 e a construções no montante de R\$ 1.727.482. O terreno está localizado na Av. Domingo Jorge Velho, 290, Dom Pedro.

* Terrenos não são depreciados e a realização do ativo acontecerá caso a Entidade aliene o ativo.

8 Patrimônio líquido

O patrimônio social da Entidade, constitui-se dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doação de imóveis.

A Entidade, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, ficar impossibilitada de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, seu eventual patrimônio remanescente será revertido em benefício de outras entidades congêneres registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou à entidade pública, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

| | 2021 | 2020 |
|--------------------|----------------|------------------|
| Patrimônio social | 1.579.223 | 1.615.213 |
| Déficit acumulados | (598.828) | (598.828) |
| | <u>980.395</u> | <u>1.016.385</u> |

8.1 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria Executiva.

Não serão remunerados no exercício das funções os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e do corpo de voluntários, nem serão distribuídos, direta ou indiretamente, por qualquer forma, título ou sob qualquer pretexto, lucros, bonificações, vantagens a benfeitores, mantenedores associados ou equivalentes, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas em estatuto.

9 Receitas operacionais - sem restrições

| | 2021 | 2020 |
|----------------------|------------------|------------------|
| Receita | | |
| Venda de mercadorias | 138.957 | 113.750 |
| Doações | 1.923.004 | 1.636.105 |
| | 2.061.961 | 1.749.855 |

As receitas das vendas de mercadorias são referentes as vendas de *souvenirs* (camisas, copos, artesanatos etc.).

As receitas de doações são arrecadadas por meio do *call center* da Entidade, programa "Casinha do Troco Solidário" e outras doações.

10 Receitas operacionais - com restrições

A seguir, apresentamos os projetos em andamento no exercício e sua movimentação, demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

| Mapa de movimentação dos projetos | 31/12/2020 | Adição Aporte | Adições aplicações financeiras | Baixas / Despesas Receita de projetos e subvenções | Devolução de recursos | 31/12/2021 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|--------------------------------|--|-----------------------|------------------|
| IRM (a) | 261.563 | 123.663 | 23.434 | (138.166) | (47.011) | 223.423 |
| MC DIA 2017 | 67.812 | - | - | (887) | - | 66.925 |
| Projeto OI Futuro | 34.075 | - | - | - | - | 34.075 |
| MTB (c) | 18.442 | - | 43 | (1.205) | - | 17.280 |
| PRONON (d) | 513.230 | - | 5.959 | (213.325) | - | 305.864 |
| Me Dia 2018 | 87.391 | 19.201 | 3.514 | (858) | (3.421) | 105.827 |
| Fundo Solidário | 31.093 | - | - | (15.108) | - | 15.985 |
| MPI Elétrica | (827) | - | - | - | - | (827) |
| SEAS | (327) | - | - | - | - | (327) |
| Sidney Leite (f) | 4.690 | - | 0 | (94) | (3.352) | 1.244 |
| Emenda Isac Tayah (g) | 5.320 | - | 0 | (93) | (4.978) | 249 |
| Fundo Manaus Solidário (e) | 246.628 | 2.000 | 3.434 | -195.559 | (19.764) | 36.739 |
| CMDCA 2020 (b) | 226.074 | - | 287 | (140.542) | (39.390) | 46.429 |
| Emenda FMS | (992) | - | - | - | (537) | (1.529) |
| CMDCA Emenda Isac Tayah (k) | 4.103 | - | 5 | (1.224) | (1.864) | 1.020 |
| Semase Emenda (h) | 57.415 | - | 1.076 | (34.952) | (29.209) | (5.670) |
| FPS 2019 (l) | 88.168 | - | 628 | (89.611) | - | (815) |
| Emenda Ricardo Nicolau (i) | 80.000 | - | 97 | (68.551) | (15.620) | (4.074) |
| Projeto Manu | - | 21.581 | - | - | - | 21.581 |
| SUSAM Ricardo Nicolau | - | 300.000 | 3.706 | (187.319) | - | 116.387 |
| Projeto Pintura (j) | - | 170.000 | - | (170.765) | - | (765) |
| CMDCA Oficina | - | 234.850 | - | (85.408) | - | 149.442 |
| FPS CALL CENTER | - | 149.498 | - | (109.684) | - | 39.814 |
| Total | 1.723.798 | 1.020.793 | 42.183 | (1.453.351) | (165.147) | 1.168.277 |

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

| Mapa de movimentação dos projetos | 31/12/2019 | Adição/Aporte | Adições Aplicações Financeiras | Receita de projetos e subvenções | Devolução de Recursos | 31/12/2020 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|--------------------------------|----------------------------------|-----------------------|------------------|
| Aplicação IRM OH DE CASA | 42.884 | - | - | - | - | 42.884 |
| Aplicação IRM Feliz Vivo | 7.083 | - | - | - | - | 7.083 |
| IRM | 184.502 | 61.484 | - | (34.450) | - | 211.536 |
| MC DIA 2017 | 67.812 | - | - | - | - | 67.812 |
| Projeto OI Futuro | 34.075 | - | - | - | - | 34.075 |
| MTB | 19.468 | - | 28 | (1.054) | - | 18.441 |
| PRONON | 690.500 | - | 14.175 | (191.445) | - | 513.230 |
| Mc Dia 2018 | 82.244 | - | 5.147 | - | - | 87.390 |
| Fundo Solidário | 53.033 | - | 27 | (19.628) | (2.338) | 31.093 |
| MPI Elétrica | 93 | - | 0 | (920) | - | (827) |
| SEAS | - | - | - | (327) | - | (327) |
| Sidney Leite | - | 100.000 | 710 | (96.020) | - | 4.690 |
| Emenda Isac Tayah | - | 50.000 | 14 | (44.694) | - | 5.320 |
| Fundo Manaus Solidário | - | 189.956 | 1.404 | - | - | 191.360 |
| CMDCA 2020 | - | 469.825 | 256 | (244.006) | - | 226.074 |
| Emenda FMS | - | 22.000 | - | (22.992) | - | (992) |
| CMDCA Emenda Isac Tayah | - | 50.000 | 171 | (46.068) | - | 4.103 |
| Semasc Emenda | - | 250.000 | 434 | (193.019) | - | 57.415 |
| FPS 2019 | - | 107.362 | - | (19.194) | - | 88.168 |
| Fundo M Solidário 2021 | - | 199.976 | - | (144.708) | - | 55.268 |
| Emenda Ricardo Nicolau | - | 80.000 | - | - | - | 80.000 |
| Total | 1.181.693 | 1.580.603 | 22.365 | (1.058.525) | (2.338) | 1.723.798 |

Os registros nessas rubricas correspondem à realização dos recursos recebidos para custeio das despesas dos projetos e atividades e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos. Durante o exercício de 2021 foi recebido o total de R\$ 1.020.793, sendo R\$ 1.453.351 aplicados em custeio. Os valores recebidos e ainda não empenhados ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a projetos no ativo circulante e em convênios a comprovar no passivo circulante.

A seguir apresentamos as características de nossos projetos:

- (a) **Instituto Ronald McDonald (IRM)** - o custeio do IRM foi utilizado em projetos como: "Oh de Casa", que realizou visitas nas casas dos pacientes no interior do Amazonas; "Feliz Vivo Mais", que custeou alguns pedidos pontuais da Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - HEMOAM para melhoria no hospital; e, além destes, o IRM também custeou as despesas operacionais da Entidade. Esse projeto é contínuo e os recursos são originados das vendas das camisas da campanha e dos *tickets* do McDia Feliz.
- (b) **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** - esse projeto está financiando parte da equipe de assistência social, médicos e nutricionistas e, também, custeio para realizar visitas a 200 pacientes em Manaus em 2021 e 2022. A prestação de contas se dará em abril/2022.
- (c) **Ministério do Trabalho (MTB)** - foi captado do TRT 11º região e servirá na manutenção das atividades de acolhimento da Entidade, sendo o recurso utilizado para custeio de mão de obra dos profissionais de nutrição, psicólogos, assistente social e outros.

- (d) **Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON)** - o PRONON, por meio do Ministério da Saúde, beneficiará os serviços de acolhimento institucional para o exercício de 2020 e 2021.
- (e) **Fundo Manaus Solidário 2021** - foi captada, por meio de edital, a quantia de R\$ 199.976 para ser utilizada nas atividades de acolhimento da Entidade em 2021 e 2022. A prestação de contas do projeto acontecerá no mês de Março/2022.
- (f) **Sidney Leite** - recurso de emenda parlamentar destinado para custeio de assistente social, aquisição de materiais de limpeza e alimentação.
- (g) **Isac Tayah** – recurso destinado para aquisição de mantimentos, compra de bens duráveis, e material de limpeza.
- (h) **Semasc Emenda** – recurso destinado para aquisição de alimentos, custeio de profissionais e aquisição de bens duráveis para a instituição.
- (i) **SUSAM Emanda Ricardo Nicolau** – recurso de R\$ 300.000 captado por emenda parlamentar para pagamento de material de consumo da instituição.
- (j) **Projeto pintura** – recurso de R\$ 170.000 captado por emenda parlamentar para pintura interna, externa e artística da sede da Entidade.
- (k) **CMDCA Oficina** – recurso de R\$ 234.850 captado por doações do imposto de renda 2018 para pagamento de oficinas de apoio.
- (l) **FPS Call Center** – recurso de R\$ 149.498 do Fundo de Promoção Social para custeio das despesas do *Call Center* da Entidade.

11 Custo e despesas operacionais - Sem restrições - Despesas gerais e administrativas

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------|--------------------|--------------------|
| Serviços de terceiros | (704.852) | (502.532) |
| Depreciação e amortização | (165.306) | (180.276) |
| Energia elétrica | (130.783) | (97.190) |
| Publicidade e marketing | (75.543) | (44.266) |
| Assistência a pacientes | (64.516) | (74.680) |
| Manutenção | (34.314) | (4.992) |
| Alimentos | (30.797) | (28.674) |
| Material de expediente | (30.637) | (40.929) |
| Combustível | (42.129) | (31.963) |
| Despesa com veículos | (25.547) | (16.524) |
| Exames | (17.140) | (11.022) |
| Bens duráveis | (14.836) | (28.112) |
| Outras despesas | (97.456) | (108.588) |
| | (1.433.856) | (1.169.748) |

12 Custo e despesas operacionais - Sem restrições - Despesas com pessoal

| | 2021 | 2020 |
|--|------------------|------------------|
| Salários | (447.235) | (392.464) |
| Benefícios a funcionários / <i>Call center</i> | (117.123) | (115.157) |
| Férias e 13º salário | (89.107) | (83.178) |
| Encargos sociais e trabalhistas | (55.302) | (47.500) |
| Outras despesas com pessoal | (24.276) | (41.241) |
| | <u>(733.043)</u> | <u>(679.540)</u> |

13 Custo e despesas operacionais - Com restrições - Despesas gerais e administrativas

| | 2021 | 2020 |
|-------------------------|--------------------|--------------------|
| Serviços especializados | (826.623) | (696.482) |
| Alimentação | (116.145) | (109.830) |
| Bens duráveis | (295.735) | (157.555) |
| Material de higiene | (105.139) | - |
| Outras despesas | (109.709) | (94.658) |
| | <u>(1.453.351)</u> | <u>(1.058.525)</u> |

| Projetos | Despesas gerais | Material de consumo | Serviços prestados PJ | Utilidades e serviços | Total em 2021 |
|-----------------------------|--------------------|------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------|
| PRONON | - | 18.120 | 180.021 | 15.184 | 213.325 |
| FUNDO MSOLIDARIO 2021 | 1.078 | 24.146 | 154.993 | 15.342 | 195.559 |
| SUSAM RICARDO NICOLAU | 3.423 | 148.528 | - | 35.368 | 187.319 |
| PINTURA | 765 | - | - | 170.000 | 170.765 |
| CMDCA 2020 | 1.244 | 44.937 | 74.922 | 19.439 | 140.542 |
| IRM A CASA É SUA | 1.131 | 30.416 | 106.010 | - | 137.557 |
| FPS CALL CENTER | 153 | - | 39.967 | 69.564 | 109.684 |
| FPS 2019 | 806 | - | 960 | 87.845 | 89.611 |
| CMDCA OFICINA | 765 | 17.601 | 64.192 | 2.850 | 85.408 |
| EMENDA RICARDO NICOLAU | 1.224 | - | - | 67.326 | 68.550 |
| SEMASC EMENDA | 727 | 19.155 | 15.070 | - | 34.952 |
| FUNDO MANAUS SOLIDÁRIO 2020 | 1.301 | - | 13.807 | - | 15.108 |
| CMDCA EMENDA ISAC I | 1.224 | - | - | - | 1.224 |
| MTB | 1.205 | - | - | - | 1.205 |
| MC DIA 2017 | 887 | - | - | - | 887 |
| MC DIA 2018 | 858 | - | - | - | 858 |
| IRM PROJ CARRO | 610 | - | - | - | 610 |
| SIDNEY LEITE | 94 | - | - | - | 94 |
| EMENDA ISAC TAYAH | 93 | - | - | - | 93 |
| Total em 2021 | <u>17.588</u> | <u>302.903</u> | <u>649.942</u> | <u>482.918</u> | <u>1.453.351</u> |

| Projetos | Despesas gerais | Material de consumo | Serviços prestados PJ | Utilidades e serviços | Total em 2021 |
|------------------------|------------------------|----------------------------|------------------------------|------------------------------|----------------------|
| CMDCA 2020 | 1.620 | 77.178 | 146.527 | 18.681 | 244.006 |
| SEMASC EMENDA | 383 | 22.363 | 48.907 | 121.366 | 193.019 |
| PRONON | - | 9.856 | 173.409 | 8.180 | 191.445 |
| FUNDO MANAUS SOLIDÁRIO | 1.001 | 13.785 | 128.142 | 1.780 | 144.708 |
| SIDNEY LEITE | 1.319 | 47.760 | 46.941 | - | 96.020 |
| CMDCA EMENDA ISAC T | 612 | 13.749 | - | 31.707 | 46.068 |
| EMENDA ISAC TAYAH | 1.282 | 29.861 | 13.551 | - | 44.694 |
| IRM A CASA É SUA | 964 | - | 31.078 | - | 32.042 |
| EMENDA FMS | 1.054 | 2.003 | 19.935 | - | 22.992 |
| FUNDO MANAUS SOLIDÁRIO | 630 | - | 18.998 | - | 19.628 |
| FPS 2019 | 545 | - | 17.950 | 699 | 19.194 |
| MTB | 1.054 | - | - | - | 1.054 |
| MPT ELETRICA | 920 | - | - | - | 920 |
| MC DIA 2017 | 902 | - | - | - | 902 |
| MC DIA 2018 | 763 | - | - | - | 763 |
| IRM PROJ CARRO | 574 | - | - | - | 574 |
| SEAS | 327 | - | - | - | 327 |
| IRM HEMOAM | 169 | - | - | - | 169 |
| Total em 2020 | 14.119 | 216.555 | 645.438 | 182.413 | 1.058.525 |

14 Resultado financeiro, líquido

| | 2021 | 2020 |
|--|-----------------|-----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | 50 | 3.190 |
| | <u>50</u> | <u>3.190</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Juros e multas | (2.093) | (415) |
| Outras despesas financeiras | (26.223) | (22.497) |
| | <u>(28.316)</u> | <u>(22.912)</u> |
| | (28.266) | (19.722) |

15 Trabalhos voluntários

Conforme estabelecido no item 19 da ITG 2002 (R1) e na Resolução CFC nº 1.409/2012, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

As receitas com trabalhos voluntários e gratuidades são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais, e não geram alterações nas demonstrações financeiras pois visam, tão somente, atender a esse dispositivo contábil.

Durante o exercício foram reconhecidos trabalhos voluntários no montante de R\$ 1.477.897 (R\$ 1.209.198 em 2020). Sendo o montante de R\$ 1.435.897 (2020 – R\$ 1.173.198) sendo relacionado a trabalho voluntário nas atividades assistenciais e R\$ 42.000 (R\$ 36.000 em 2020), com gratuidade de serviços administrativos referentes a prestação de serviços financeiros, contábeis, folha de pagamento e serviços jurídicos.

Os trabalhos voluntários e as gratuidades recebidas foram valorizados, pelo valor justo, considerando os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços, utilizando como referência para o valor justo, pesquisa e dados de mercado.

16 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos em que os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração, e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2021, sendo eles outras contas a receber e fornecedores, estão classificados como empréstimo e recebíveis.

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos para os exercícios corrente e comparativo.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Seção 11 do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento Técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha. As doações e demais transações financeiras são realizadas em contas bancárias das instituições financeiras Banco Itaú e Bradesco.

Risco de liquidez

Riscos de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outros, o desenvolvimento de estudos e a análise econômico-financeira, que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e o acompanhamento das estratégias de captação de doações e convênios.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Entidade.

17 Gestão de capital

A política da Administração da Entidade é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Entidade procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

| | |
|---|-----------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 144.568 |
| (-) Total do passivo circulante (Fornecedores e Obrigações sociais e trabalhistas) (deduzidos convênios a comprovar e subvenção de bens a apropriar) | <u>(158.747)</u> |
| Saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa | (13.179) |
| Patrimônio líquido | <u>980.395</u> |
| Saldo de patrimônio líquido | <u><u>967.216</u></u> |

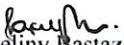
Com base no cálculo acima é possível verificar que a Entidade possui um superávit de patrimônio de RS 967.216 diante de suas dívidas totais.

18 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2020 e 2019.

* * *

Administração da Entidade


Jakeliny Bastazini Santos
Presidente

Assinado eletronicamente por
AMADEU AMANCIO DE OLIVEIRA:52756491268
Data: 2022.07.27 15:00:54-04:00

Amadeu Amâncio de Oliveira
Contador CRC 014697-O/AM